

Divulgação



Presidenta Dilma Rousseff com presidente da Fisenge e vice do SENGE-RJ, Clovis Nascimento

Entidades levam a Brasília propostas para a retomada do crescimento

CONFIRA AS PROPOSTAS DO DOCUMENTO ASSINADO POR ENTIDADES SINDICAIS E EMPRESARIADO

7 AÇÕES PARA ALAVANCAR A ECONOMIA BRASILEIRA

- ▶ Retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva;
- ▶ Retomar e ampliar os investimentos no setor de energia;
- ▶ Destruar o setor de construção;
- ▶ Criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação;
- ▶ Priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo;
- ▶ Ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro para as empresas;
- ▶ Adotar políticas de fortalecimento do mercado interno.

PÁG. 3

Déficit da Previdência não tem amparo legal

Economista Maria Lúcia Fattorelli rebate argumento pró-reforma: sistema é superavitário PÁG. 4

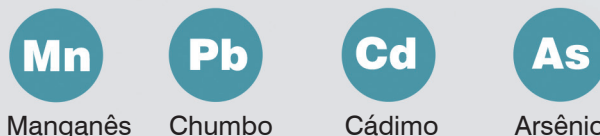
MARIANA

62 bilhões de litros de rejeito

Equivalente a 25 mil piscinas olímpicas



ALGUNS METAIS ENCONTRADOS NO RIO DOCE EM NÍVEIS ACIMA DO TOLERÁVEL



OS NÚMEROS DA TRAGÉDIA

PÁG. 8

• ENTREVISTA

Diretor de Produção e Grande Operação da Cedae, Edes Fernandes, fala sobre a situação hídrica no estado

PÁG. 5

• ELEIÇÃO 2016/19

Instaurado processo Eleitoral para renovação da diretoria PÁG. 6

AS INCERTEZAS DE 2016

A frase de que o Brasil é o único país onde o passado é imprevisível é atribuída a Amador Aguiar, ex-presidente do Bradesco. Ele se referia obviamente à falta de respeito com os contratos, sendo uma prática corriqueira e amplamente disseminada por aqui. Diante do quadro político que vamos enfrentar em 2016, parece que teremos que acrescentar que não somente o passado, mas principalmente o futuro é muitíssimo mais imprevisível.

Devemos lembrar que atravessamos uma séria crise política e uma crise econômica dela decorrente. Os presidentes da Câmara e do Senado e grande parte das lideranças políticas, da situação e da oposição, enfrentam sérias acusações de corrupção, acrescentando um grau de imprevisibilidade ainda maior para as eleições municipais deste ano e principalmente para as eleições presidenciais de 2018.

Ao movimento sindical e às organizações dos movimentos sociais, está reservada uma tarefa das mais árduas em 2016. Traçar, em conjunto, um programa de lutas tanto para enfrentar a crise como para apontar caminhos para sair, sem que as políticas implementadas pelo governo recaiam sobre os ombros dos trabalhadores. Não será possível aceitar a privatização do setor elétrico e uma nova reforma da previdência que retire direitos adquiridos. São pontos inegociáveis e nos quais devemos jogar todo nosso peso político.

Como fazer para que o Brasil saia da imobilidade e volte a se desenvolver?

PAUL SINGER*

Como fazer para que a proposta do PT de elevar o imposto de renda incidente sobre as pessoas de maior ganho possa se efetivar, de modo que as maiores vítimas da recessão que assola a economia, os trabalhadores, sejam poupados de novos sacrifícios? Como fazer para que o Brasil saia da imobilidade macroeconômica que é a causa do atual crescimento nulo? Responder a essas perguntas é vital para o bem-estar dos brasileiros, particularmente os que estão sendo atingidos pelo desemprego decorrente da queda da demanda efetiva por bens e serviços, consequência, por sua vez, da forte redução do gasto público, na tentativa, até o momento fracassada, de equilibrar o referido gasto com o arrecadado pelo governo federal.

Para que a recessão possa ser revertida, é indispensável que a demanda efetiva da população e dos órgãos públicos que oferecem cuidados essenciais como educação e saúde, transporte público, limpeza, segurança, água e energia elétrica etc, recebam recursos para expandir a oferta destes serviços. Para que estes objetivos possam ser atingidos, é necessário que o poder público e os concessionários privados destes e de outros serviços possam dispor dos recursos necessários para elevar a sua produção. Isso é o que torna importante que a proposta do PT seja aprovada e as receitas dela decorrentes sejam aplicadas para que necessidades prementes (inclusive de empregos) possam ser novamente satisfeitas.

Em suma, para que a recessão seja revertida é preciso gerar os recursos necessários que financiem os investimentos. Parece óbvio, contudo,

que a proposta do PT carece do necessário apoio da maioria do Parlamento. Para superar este óbice, se fazem urgentes acordos políticos e sociais, a serem negociados entre os partidos políticos e as classes sociais.

Tanto partidos quanto classes têm hoje o mesmo interesse na recuperação da economia e, portanto, que estas negociações sejam iniciadas o quanto antes. É fundamental para que tenham êxito, ou seja, que suas conclusões sejam aceitas, que todos os interesses estejam adequadamente representados. O governo federal terá

Para que a recessão seja revertida, é preciso gerar os recursos necessários que financiem os investimentos

de liderar o processo, organizando-o de tal modo que as partes se sintam adequadamente representadas. Nessas condições, as negociações têm chance de alcançar êxito. A liderança do governo federal é indispensável porque tem um mandato conferido por eleições legítimas, mas também porque, supondo que se alcance um acordo de quais são as medidas a serem adotadas, tem os conhecimentos que a tarefa de levar o Brasil de volta ao desenvolvimento requer.

Em suma, negociações são essenciais e têm de ser conduzidas em condições plenamente democráticas, em que todas as partes possam ter confiança que seus interesses essenciais serão considerados no mesmo pé que os interesses dos demais. Obviamente, o governo federal terá de conquistar a confiança no desenrolar das negociações e exercer a liderança que constitucionalmente e politicamente lhe cabe.

* Professor e economista - fonte: Fundação Perseu Abramo



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL
Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL
Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gerson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 3.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Compromisso pelo desenvolvimento

Fisenge participa da entrega de documento à presidenta Dilma Rousseff

Fonte: Fisenge

A Fisenge e mais 24 entidades do movimento sindical e da classe empresarial estiveram reunidas no dia 15 de dezembro com a Presidenta Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto. O objetivo foi entregar à Presidenta a síntese do "Compromisso Pelo Desenvolvimento", documento elaborado pelas entidades que contém sete propostas para que o Brasil retome o crescimento, o desenvolvimento e a geração de empregos em curto prazo. A recepção foi positiva - Dilma se comprometeu em avaliar os pontos da proposta em reunião com a equipe de governo o mais rápido possível.

O presidente da Fisenge e vice-presidente do SENGE-RJ, Clovis Nascimento, esteve presente na reunião e destacou a capacidade de diálogo entre os diversos grupos que assinaram o documento. "Apesar das divergências, nós conseguimos, em tempo recorde, pactuar um compromisso em nome do Brasil e do desenvolvimento. Este foi um passo muito importante na direção da retomada do crescimento brasileiro em curto prazo", comemorou ele. A mesma questão foi levantada pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, que salientou a "enorme satisfação" de Dilma Rousseff ao receber o grupo. "A presidenta recebeu de uma forma muito positiva essa iniciativa dos trabalhadores e do setor empresarial. Orientou todos os ministros a dar consequência e sequência a esta agenda de trabalho, o que é muito bom para o nosso País. A presidenta valoriza muito esses espaços de diálogo, está totalmente concentrada nesta agenda de, buscando equilíbrio das contas públicas, rapidamente retomar, combinar uma agenda de crescimento econômico, com trabalho e emprego", afirmou o ministro.

O "Compromisso pelo Desenvolvimento" foi pactuado no início de dezembro em cerimônia realizada



Presidenta Dilma Rousseff com o presidente da Fisenge e vice do SENGE-RJ, Clovis Nascimento

em São Paulo. Participaram de sua elaboração as seis principais centrais sindicais do país - CUT, CSB, CTB, NCST, UGT e Força Sindical -, além do Dieese, Fisenge, FUP (Federação Única dos Petroleiros), FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), Senge-RJ (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro) e SEESP (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo). Representando a classe empresarial, foram signatárias, entre outras, a Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia), CNI (Confederação Nacional da Indústria) e associações da indústria de máquinas e equipamentos, têxtil, brinquedos, automotores e comércio.

ACORDO DE LENIÊNCIA

Como destacado pela Fisenge na última edição da Revista *Em Movimento*, os impactos na economia com o uso político da Operação Lava-Jato

contribuíram para a demissão de mais de 7,5 mil engenheiros somente no primeiro semestre de 2015. Isso porque as investigações paralisaram mais de 30 grandes obras em todo o país, como a transposição do Rio São Francisco e mesmo o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), da Petrobras. O grupo signatário do "Compromisso pelo Desenvolvimento" propôs à Dilma Rousseff que acordos de leniência fossem adotados nestes casos para impedir que milhares de trabalhadores fossem responsabilizados pela corrupção cometida por gestores. Nos acordos de leniência, previsto em processos administrativos, as empresas admitem conduta irregular e colaboram com a investigação em troca de punições mais brandas. A Presidenta acolheu a ideia e adiantou que pretende transformar a proposta em Medida Provisória. Segundo informações do Portal Vermelho, ao fechar os acordos, "as empre-

sas podem ressarcir os cofres públicos em caso de recursos desviados e dar informações que podem resultar em outras punições; a medida contribuiria para o bom andamento das investigações e a retomada de obras interditadas pela Operação Lava Jato".

SETE COMPROMISSOS PELO DESENVOLVIMENTO

- ▶ Retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica;
- ▶ Retomar e ampliar os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial na Petrobras;
- ▶ Destravar o setor de construção, utilizando instrumentos institucionais adequados que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas, com a manutenção da atividade produtiva e dos empregos;
- ▶ Criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação;
- ▶ Priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo (agricultura, indústria, comércio e serviços), de adensamento das cadeias produtivas e de reindustrialização do país, com investimentos e contrapartidas sociais e ambientais;
- ▶ Ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro para as empresas;
- ▶ Adotar políticas de fortalecimento do mercado interno para incremento dos níveis de consumo, de emprego, renda e direitos sociais.

• Com informações do Blog do Planalto e Portal Vermelho

Déficit da Previdência não tem amparo legal

Economista Maria Lúcia Fattorelli rebate argumento pró-reforma: sistema é superavitário

Fonte: Brasil de Fato

O ano de 2016 começou e novamente o debate sobre a reforma da Previdência ganha força no país. Tanto a presidenta Dilma Rousseff (PT) quanto o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, já se manifestaram a favor de mudanças nas regras da aposentadoria.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que o sistema previdenciário brasileiro pode chegar a 2050 com um rombo de R\$ 3 trilhões. Por outro lado, economistas rebatem esses números, dizendo que a equação não pode ser pensada na Previdência isoladamente, mas em todo o sistema de seguridade social e nos seus meios de financiamento previstos na Constituição de 1988.

“A conta que se faz para chegar a esse resultado de déficit não tem amparo legal. Eles computam o que se arrecada com a folha de pagamento e comparam com todo o gasto da Previdência Social. Porém, a Constituição cria o sistema de seguridade social que integra saúde, Previdência e assistência e é mantido pela folha de pagamento, Contribuição Social Sobre o Lucro

Líquido (CSLL) das empresas e a Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que é paga pelo conjunto da sociedade porque já está embutida no consumo”, explicou a economista da Auditoria Cidadã da Dívida Maria Lúcia Fattorelli.

Ela usa os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Receita Federal do Brasil (Anfip) para apontar que o sistema teve superávit de R\$ 53 bilhões em 2015. Esse montante, segundo Fattorelli, não é usado para melhorar o sistema, mas desviado para o pagamento da dívida.

“Um dos instrumentos que o governo usa é a DRU (Desvinculações de receitas da União). Como essas contribuições - INSS, Cofins e CSLL - são criadas pela Constituição com fins específicos para a Seguridade Social, o governo aprova essa legislação pra tirar essa receita do sistema e elas acabam indo pra cumprir meta de superávit primário, pagar juros e serviço da dívida pública”, disse.

OLHANDO PRA FRENTE

Um dos grandes pontos que o



“O grande problema desse debate, se ele for mal encaminhado, é que uma discussão (que deve ser) extremamente séria e responsável, sobre passado e futuro, possa ser feita olhando diretamente o caixa do governo no curto prazo

governo quer levar à frente é a proposta da idade mínima da aposentadoria. Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese), explica que na prática a idade mínima já existe, por meio de mecanismos como a Fórmula 85/95, que estabelece ao trabalhador se

aposentar se a soma da idade com o tempo de contribuição atingir 85 anos para as mulheres e 95 para os homens.

“Somente um terço dos contribuintes se aposentam abaixo da idade mínima. Eles são, em geral, pessoas com os menores salários e condições mais precárias. Quem começa a trabalhar com 10, 12 anos, pra se aposentar com 65, tem que trabalhar mais de 50 anos da vida. Esse é um corte que a gente deve tentar construir, sabendo que esses trabalhadores terão benefícios menores que a renda que eles tinham”, apontou.

Ele também explica que o debate em torno da Previdência não pode ser pensado olhando para o problema de caixa de curto prazo do governo, mas para as gerações futuras. “Nosso compromisso deve ser olhar a previdência pensando em 2050. O grande problema desse debate, se ele for mal encaminhado, é que uma discussão (que deve ser) extremamente séria e responsável, sobre passado e futuro, possa ser feita olhando diretamente o caixa do governo no curto prazo”, encerrou.

Apesar de aumento, volume útil dos reservatórios continua abaixo do ideal

O volume útil acumulado nos reservatórios da bacia do Paraíba do Sul atingiu 18,21% em 2016. Segundo o diretor da Cedae, Edes Fernandes de Oliveira, o percentual deveria estar na casa dos 51%

O volume útil acumulado nos reservatórios da bacia do Paraíba do Sul cresceu de 2015 para 2016 – passando de 2,62% para 18,21%, com referência em 1º de janeiro. Em uma situação normal, o percentual deveria estar por volta dos 51%, considerando a média dos últimos 22 anos. Embora a situação ainda não esteja confortável, o Diretor de Produção e Grande Operação da Cedae, Edes Fernandes de Oliveira, avalia que a recuperação foi significativa diante a crise hídrica vivida pelo estado do Rio de Janeiro nos últimos anos. Desde 2013, a quantidade de chuvas mensais diminuiu drasticamente na região Sudeste.

Em entrevista para o *Jornal do Engenheiro*, Edes avalia que as ações feitas pela Cedae contribuíram para reduzir os impactos da falta de chuvas no estado do Rio. “A crise hídrica não se traduziu em uma crise de abastecimento.” As projeções para 2016, segundo ele, indicam a recuperação desse quadro, apesar do aumento do consumo por causa dos Jogos Olímpicos. “Passamos seis meses elaborando um plano para o atendimento diferenciado durante as Olimpíadas. Estamos preparados.”

Jornal do Engenheiro: O que levou à crise hídrica no Rio de Janeiro?

– Edes Fernandes: O principal motivo da crise hídrica foi a ausência de chuvas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente na área dos reservatórios de cabeceira do rio Paraíba do Sul, desde 2013. Começamos 2015 com níveis baixos, e conseguimos uma recuperação muito pequena no início do ano. Felizmente, choveu muito em novembro e dezembro do ano passado, e conseguimos recuperar o nível desses reservatórios. Iniciamos janeiro de 2015 com apenas 2,62% de volume útil acumulado nos reservatórios. Esse ano, 1º de janeiro de 2016 começou com 18,21%. Ainda não estamos em

uma zona confortável, já que a situação normal, considerando a média dos últimos 22 anos (de 1993 até 2014), seria de 51% – tomando como parâmetro o dia 1º de janeiro. Ainda assim, a recuperação foi significativa.

É importante ressaltar que, mesmo diante dessas dificuldades, a crise hídrica não se traduziu em uma crise de abastecimento. A captação foi mantida em situação normal. Na foz do rio Guandu, algumas indústrias tiveram problemas porque a água do mar entrou na calha do rio por conta da pouca vazão.

JE: Existe possibilidade de racionamento de água este ano?

– Não achamos. Nossas avaliações mostram que não haverá necessidade de racionamento. 2014 foi um dos piores anos porque praticamente não choveu, e 2015 começou muito mal.

Arquivo pessoal



Diretor de Produção e Grande Operação da Cedae, Edes Fernandes de Oliveira

Mas o sucesso das ações que a Cedae realizou nesse período mostra que, se a situação voltar a ficar ruim, conseguiremos manter o abastecimento de forma regular sem utilizar o volume morto. Todos os cenários mostram que essas medidas dariam certo novamente, e fecharemos o ano com um percentual maior. Mas é claro que tudo depende muito da chuva. Historicamente, nesse período entre novembro e março chove muito. A nossa expectativa é que o quadro esse ano seja de recuperação da crise hídrica no Rio.

JE: Fale um pouco mais sobre as ações que a Cedae realizou nos últimos anos.

– Algumas ações foram administrativas, relacionadas a gestão, e outras envolveram obras. Criamos um Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das Operações Hidráulicas do Paraíba do Sul (GTAOH), que desde 2014 vem se reunindo de 15 em 15 dias ou semanalmente, dependendo da gravidade da situação. Conseguimos melhorar a gestão dos recursos que já temos. Por exemplo, com as portarias da Agência Nacional das Águas (ANA) que autorizam a redução de vazão de retirada dos reservatórios, garantindo que não houvesse crise no abastecimento. No caso do Guandu, pudemos aumentar a captação através da elevação das comportas. Também fizemos melhorias nas barragens e rebaixamos o nível das bombas que captam direto do Paraíba do Sul no interior do estado, já que com a redução do nível do rio elas ficaram fora da água. Esse tipo de adaptação no sistema de captação fez bastante diferença.

Uma das principais estratégias que podemos adotar a partir de 2016 é o sistema de captação flutuante, especialmente para as cidades do interior.

Assim, ao invés da bomba ficar fixa na margem do rio, ela ficará em uma balsa flutuante que acompanhará o nível do rio, facilitando a captação em épocas de estiagem. Por precaução, essas bombas já estão prontas para uso, mas ainda não têm sido necessárias.

JE: O aumento do consumo de água durante os Jogos Olímpicos de 2016 pode aprofundar a crise?

– Avaliamos que não. É claro que os Jogos são um evento único, singular. Mas já tivemos experiências de maior demanda em grandes eventos, como no réveillon recentemente, no carnaval, na Jornada Mundial da Juventude, nos Jogos Panamericanos e na própria Copa do Mundo. A cidade já foi testada para eventos de grande porte, do ponto de vista do abastecimento. Além disso, as Olimpíadas vão acontecer em um momento favorável, no inverno, quando a demanda já diminuiu naturalmente. Então, não há na projeção uma expectativa de maior do que a Cedae é capaz de suprir. De qualquer forma, passamos seis meses elaborando um plano para o atendimento diferenciado durante as Olimpíadas. Estamos preparados. Durante as Olimpíadas, estaremos abastecendo a população de muitos países. No que depender da Cedae, os jogos transcorrerão com toda a tranquilidade.

JE: E de que forma as pessoas podem contribuir para a superação da crise hídrica?

– Todos podem cooperar, desde a indústria, o comércio e o governo até a população. As pessoas devem prezar pelo uso racional e consciente da água, evitando desperdício. Não lavar o carro com mangueira, jogando água fora. Não escovar o dente com a torneira aberta. Diminuir o tempo de banho, a hora de se barbear. Todo desperdício deve ser evitado em momento de crise.

Processo Eleitoral para renovação da diretoria

As definições foram votadas e aprovadas durante assembleia realizada no dia 1/12

Foi instaurado o Processo Eleitoral para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal do Senge-RJ (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro), para o mandato 2016/2019. O processo foi definido no dia 01/12 durante a Assembleia Geral Ordinária, na sede do sindicato. A Assembleia foi convocada conforme Edital publicado no jornal *O Dia* de 20 de novembro de 2015 e encaminhado a todos os associados por e-mail.

Durante a Assembleia foi definido, também, o calendário eleitoral, de acordo com as seguintes datas e períodos:

- a) Votação nos dias 21, 22 e 23 de março de 2016;
- b) Período para inscrição de chapas do dia 08 de janeiro de 2016 até 03 de fevereiro de 2016;
- c) Impugnação de candidatos de 04 de fevereiro até 22 de fevereiro de 2016;
- d) Interposição de recursos de 30 de março até 4 de abril de 2016;

e) Distribuição de Material de divulgação das chapas até 10 de fevereiro de 2016;

f) Substituição de Candidatos Impugnados até 01 de março de 2016;

g) Divulgação de locais e horários de votação até 11 de março de 2016.

Para compor a Comissão Eleitoral, foram eleitos os seguintes associados: Márcio Cazelli; Sérgio Barbosa de Almeida; e Antonio Luiz de Castro Junior. Rubem Corveto de Azeredo e Antonio Gerson Ferreira de Carvalho solicitaram sua saída e foram substituídos por Aluís da Silva Mothé e Pedro Alves Filho, na AGE que ocorreu em 27/01/2016. Foi aprovada por unanimidade a utilização do Sistema Vota Senge, via Internet.

Esse sistema vem sendo utilizado largamente pelo Senge-RJ e foi usado no último processo eleitoral para renovação da diretoria, em 2013, o que possibilitou um aumento significativo do número de eleitores participantes.

As principais características do siste-

ma são: não vinculação entre o eleitor e seu voto; garantia do sigilo do voto; a segurança através de certificação digital e de link único por CPF e endereço eletrônico; geração de código hash, a cada alteração no código fonte do sistema, visível para todos os eleitores, candidatos e Comissão eleitoral, permitindo, a qualquer interessado, a auditoria do sistema antes, durante e ao término da votação.

A atual Direção do Senge-RJ conchama todos os seus associados a participarem, ativamente, do processo eleitoral que se inicia, lembrando que para se inscrever e concorrer por uma chapa, além de estar em dia com as suas Obrigações Sociais ao Senge-RJ, no momento da inscrição, a data de filiação do sócio deve ser igual ou anterior a 09/10/2015. Para poder votar, o associado também deverá estar em dia com as suas Obrigações Sociais com o Senge-RJ e a data da sua filiação ao sindicato deve ser igual ou anterior a 07/01/2016.

Informativo sobre o Salário Mínimo Profissional

Os engenheiros têm seu SMP regulado pela Lei 4.950-A

I - TABELA DO PISO

	Salário Mínimo Profissional 2016
6 horas	R\$5.280
8 horas	R\$7.920

A Federação Interstadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) lançou no Dia do Engenheiro (11/12) o selo comemorativo dos 50 anos do Salário Mínimo Profissional. Idealizada pelo engenheiro e político brasileiro, Rubens Paiva, a lei 4.950-A de 1966, que instituiu o SMP é de autoria do então deputado e advogado Almino Affonso e fruto de debate entre as entidades de engenharia. "O Salário Mínimo Profissional é um dos principais direitos da categoria, que garante valorização profissional. Ainda há muita resistência no cumprimento da lei, mas os sindicatos e a Fisenge seguem firmes nessa luta. Defender o SMP é defender a engenharia brasileira", afirmou o presidente da Fisenge, o engenheiro civil Clovis Nascimento. O lançamento do selo faz parte de um ciclo de comemorações da Federação até abril de 2016. Ainda estão programados o lançamento de uma cartilha e de um evento comemorativo no Congresso Nacional.



Selo comemorativo lançado pela FISENGE

Informe-se sobre o Salário Mínimo Profissional www.sengerj.com.br

Valorização do salário mínimo acrescentará R\$ 57 bi à renda de trabalhadores

Aumento para R\$ 880 gera a maior capacidade de compra desde 1979

O salário mínimo aumentou para R\$ 880,00 a partir de 1º de janeiro de 2016. O valor representará um acréscimo de R\$ 57,042 bilhões na renda de 48,3 milhões de trabalhadores ativos e aposentados com rendimentos baseados no mínimo ou que recebem o piso nacional, segundo nota da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O salário mínimo aumentou 11,68% em relação aos R\$ 788,00 em vigor durante 2015, e corresponde à variação de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 e à variação anual do Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC) no ano passado. De acordo com nota técnica divulgada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), esse é o maior valor real da série das médias anuais desde 1983. Com o aumento, o salário mínimo passa a corresponder a 2,14 cestas básicas, a maior capacidade de compra registrada nas médias anuais desde 1979, início da série histórica.

A nota também apresenta a análise de que a conquista é consequência da luta histórica dos trabalhadores brasileiros. Em 2004, a CUT e as demais centrais sindicais lançaram uma campanha pela valorização do salário mínimo. Foram três marchas conjuntas em Brasília que resultaram em uma elevação expressiva, até que, em 2007, durante o governo do

ex-presidente Lula, começou a política permanente de valorização do salário, válida até 2023.

Para a Central Única dos Trabalhadores, essa é uma importante ação porque estabelece critérios claros para definir um aumento real que tem como referências a inflação do período anterior e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). E destaca: "Em nove anos de existência, o que a política de valorização do mínimo demonstrou foi ser um mecanismo fundamental de inclusão social, melhoria da qualidade de vida e fomento da economia. Especialmente nas regiões Nordeste e Norte do país, onde 55,1% e 39,7% da população, respectivamente, recebem até um salário."

INTERSINDICAL FURNAS

URGENTE

Em reunião com o Sr. Presidente de Furnas, realizada no dia 13/01/2016, sobre a questão de abertura do capital da empresa, as entidades sindicais, após serem informadas oficialmente da iniciativa de Furnas em colocar 30% das ações no mercado, deixaram claro o seguinte:

- Não concordamos com essa iniciativa da empresa, não só pela questão política e ideológica, mas por ser esse projeto uma verdadeira transferência de riqueza gerada por uma empresa do povo brasileiro para o capital especulativo;
 - O momento atual que estamos atravessando política e economicamente é desfavorável para a aplicação desse projeto que, ao contrário do esperado, pode propiciar mais prejuízos a nossa empresa do que “ganhos”.
 - Portanto, não estamos apoiando essa iniciativa da empresa.
- Maiores informações em Boletim a ser emitido pelas entidades Sindicais.

INTERSINDICAL FURNAS

DAS ENTIDADES ALIADAS EM DEFESA DA FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

Associação dos Empregados de Furnas – ASEF;

SINTERGIA-RJ; Sindicato dos Eletricitários de Foz do Iguaçu;

Sindicato dos Urbanitários de Londrina; Sindicato dos Engenheiros- RJ

Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais; SINERGIA-SP – CUT; Sindicato dos Urbanitários no DF;

SINERGIA-ES; SINDIELETO- MG; Sindicato dos Administradores-RJ; SINDUR-RO

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

O SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SENGE-RJ)

realizou, no dia 24 de novembro de 2015, assembleias que aprovaram os valores das contribuições do Sindicato para 2016.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2016 – VENCIMENTO EM 29/02/2015

O valor da Contribuição Sindical foi calculado considerando-se 1/30 do Salário Mínimo Profissional. O SMP é calculado considerando-se 9 salários mínimos nacionais para uma jornada de 8 horas. Como o salário mínimo vigente é R\$ 880, o novo piso é R\$ 7.920 e o valor da contribuição sindical de 2016 é de 264 reais.

Contribuição

Sindical x Contribuição Social

Contribuição Sindical: é um tributo pago por todos os profissionais de uma determinada categoria ao sindicato que os representa. A obrigatoriedade da contribuição sindical anual está prevista no artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): “A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão, ou inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591.” Contribuição Social: é um valor pago a todos os profissionais que desejem se filiar, ou seja, tornarem-se sócios do sindicato.

É importante não confundir a contribuição sindical com a contribuição social. A contribuição social é um valor facultativo, que é pago mensalmente apenas pelos trabalhadores associados ao sindicato. A contribuição sindical, no entanto, é obrigatória a todos os profissionais representados pelo SENGE-RJ, isto é, engenheiros, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e de profissões similares ou conexas, de nível superior, do estado do Rio. A contribuição sindical está prevista no artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Portanto, é o pagamento da contribuição social que torna o engenheiro sócio do SENGE-RJ.



Senge·RJ

PF INDICIA VALE E SAMARCO POR TRAGÉDIA

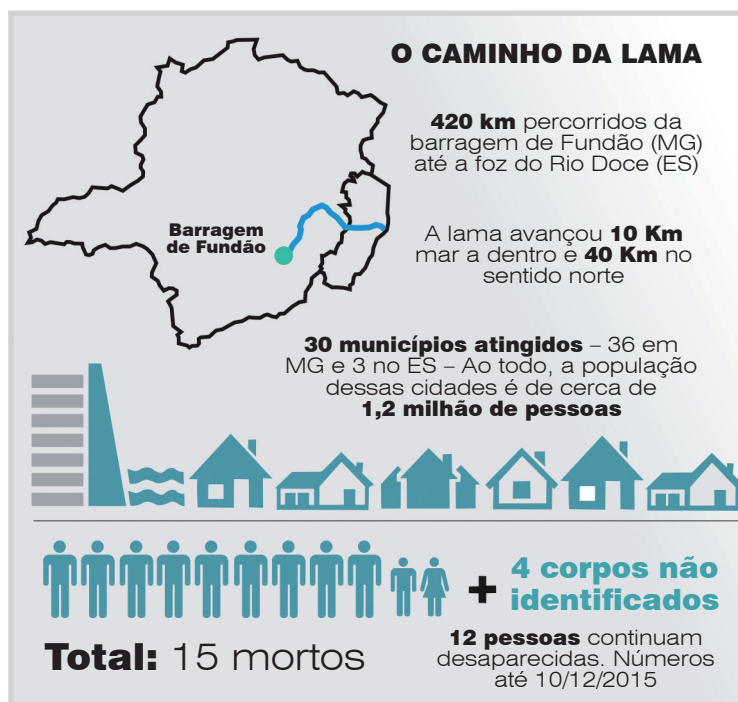
Empresa que emitiu laudo atestando estabilidade da barragem também é responsabilizada

Fonte: Brasil de Fato

A Polícia Federal informou que responsabilizou a Vale, a Samarco, a VogBR – que emitiu laudo liberando a barragem do Fundão – e mais sete executivos pelos crimes ambientais decorrentes da ruptura da barragem na cidade de Mariana (MG), em novembro do ano passado. De acordo com a PF, os indiciados causaram poluição em níveis que resultam “ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”, como descrito no artigo 54 da

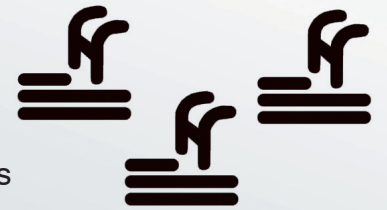
Lei de Crimes Ambientais. O único nome divulgado pela polícia foi o do diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vescovi. Os cargos dos executivos da Samarco, porém, foram tornados públicos: o coordenador de monitoramento das barragens, a gerente de geotecnia, o gerente geral de projetos e responsável técnico pela barragem de Fundão, o gerente geral de operações, o diretor de operações, e o engenheiro da VogBR que é responsável pelo laudo que declarou a estabilidade da barragem em 2015.

Gráficos apresentam a gravidade do crime ambiental



62 bilhões de litros de rejeito

Equivale a 25 mil piscinas olímpicas



ALGUNS METAIS ENCONTRADOS NO RIO DOCE EM NÍVEIS ACIMA DO TOLERÁVEL



Manganês



Chumbo



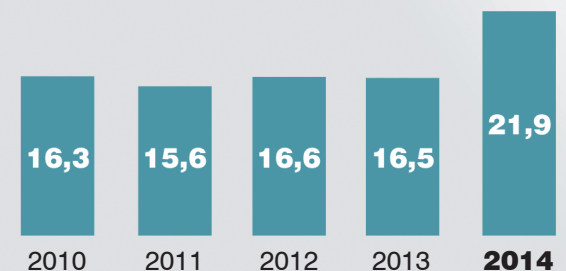
Cádmio



Arsênio

PRODUÇÃO ANUAL DE REJEITOS DA SAMARCO

Nos últimos anos, a Samarco aumentou sua produção de rejeitos. Só de 2013 a 2014, houve um crescimento de 33%, o que aumenta o risco de rompimento das barragens que já se encontraram no limite de sua capacidade



Valores em milhões de toneladas
Fonte: Samarco: RAS e RFs (2012 a 2014)

O MERCADO DO MINÉRIO DE FERRO

Levantamento realizado pelo MAB verificou que, nos últimos cinco anos, a Samarco teve lucro total de **R\$13 bilhões**



Lucro líquido em 2014: R\$2,8 bilhões

Nº de trabalhadores: 2.969

Lucro gerado para a empresa por cada trabalhador: R\$950



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br